

14 SET 2011

FOLHA DE LONDRINA

Juíza foi afastada por suposta falta disciplinar

Loriane Comeli
Reportagem Local

A juíza da 3ª Vara Criminal de Londrina, Oneide Negrão de Freitas, poderá ficar pelo menos 90 dias afastada do cargo. Desde ontem, ela está preventivamente longe das funções por decisão unânime do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná, datada de 5 de setembro. A decisão foi publicada somente na segunda-feira no Diário Oficial de Justiça, bem como o decreto judiciário do presidente do Tribunal, Miguel Kfouri Neto, corroborando a medida.

A FOLHA apurou que existe contra a juíza investigação por possível falta disciplinar na administração da vara e possível "engavetamento" de processos. A FOLHA também apurou que o afastamento de Oneide Negrão, que está na 3ª Vara Criminal desde 2006, não teria qualquer relação com sua atuação célere em relação no caso Gálatas, que envolve crimes de corrupção e desvio de dinheiro público da Prefeitura de Londrina.

No decreto judiciário, cujo nome da juíza é tratado so-

mente pelas iniciais (O.N.F), o desembargador Miguel Kfouri informa que o afastamento é preventivo e não estabelece prazo de duração. Para determinar o afastamento, o desembargador citou o parágrafo 1º do artigo 15 da Resolução 135 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que trata do processo disciplinar contra magistrados.

A norma do CNJ estabelece que o juiz fica impedido "de utilizar o seu local de trabalho e usufruir de veículo oficial e outras prerrogativas inerentes ao exercício da função". Porém, os vencimentos são mantidos, conforme prevê o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Paraná. O regimento também estabelece que o afastamento pode durar "90 dias, prorrogável até o dobro, assegurados os vencimentos e as vantagens até a decisão final.

A "pena" máxima em nível administrativo para um magistrado contra o qual se comprova falta disciplinar grave é a aposentadoria compulsória, ou seja, ele não pode mais exercer a função, mas continua recendo os salários.

FOLHA DE LONDRINA

OAB discute Direito

do Consumidor

em Londrina

14 SET 2011

Victor Lopes

Reportagem Local

Consumir faz parte do dia a dia de todo o cidadão. Entretanto, quando lesado de alguma forma, o consumidor muitas vezes não sabe como lidar com tal situação. Do outro lado, os profissionais de direito devem estar capacitados para poder informar a população sobre seus direitos e deveres nesta área. É com esse objetivo que a Comissão de Direitos de Consumidor da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-Londrina) realiza, entre hoje e sexta-feira, o "II Simpósio de Direito do Consumidor: Novas Perspectivas do Direito do Consumidor". O evento traz seis palestras acerca do assunto em diferentes aspectos e deve contar com um público de 235 profissionais e estudantes da área.

De acordo com Flávio Henrique Caetano de Paula, coordenador da Comissão de Direitos do Consumidor da Subseção da OAB-Londrina, é difícil acontecer discussões sobre este tema no Paraná. "O simpósio vai fortalecer a presença do Direito do Consumidor no Estado e deixa Londrina numa situação de vanguarda neste aspecto, já que é o segundo evento que promovemos", ressalta.

Miguel Kfourri Neto, presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Mário Frota, presidente da Comissão de Instalação do Ins-

SERVIÇO

II Simpósio de Direito do Consumidor

PROGRAMAÇÃO

Hoje

19h - "Práticas abusivas das operadoras de Planos de Saúde" - Miguel Kfourri Neto, presidente do TJ do Paraná

20h30 - "O regime do Crédito ao Consumo da União Europeia" - Mário Frota, presidente da Comissão de Instalação do Instituto de Direito do Consumidor da Comunidade de Povos de Língua Portuguesa

Amanhã

19h - "Os 20 anos do Código de Defesa do Consumidor" - Sérgio Cavaliere Neto, desembargador do TJ do Rio de Janeiro

20h30 - "Criança e Consumo" - Ekaterine Souza Kareogeorgiadis, advogada do Instituto Alana

■ As inscrições estão abertas e as vagas são limitadas. Elas podem ser feitas pelo e-mail londrina@oabpr.org.br ou na Subseção Londrina (Rua Professor João Cândido, 344, 4º andar).

Folha Arte

tituto de Direito do Consumidor da Comunidade de Povos de Língua Portuguesa, e Sérgio Cavaliere, desembargador do TJ

do Rio de Janeiro, são alguns dos palestrantes do evento. "Estamos trazendo gente de fora justamente para mostrar outras realidades, abrir o horizonte do profissional. É importante aprimorar o trabalho que cada um presta, oferecer ao cidadão um serviço melhor", avalia o coordenador.

Ele explica que o Direito do Consumidor parece uma matéria simples, só que na verdade possui muitas particularidades. "Quem faz uma primeira análise, observa com tranquilidade. Só que alguns pontos, que garantem situações positivas ao cliente, podem passar despercebidos".

Já em relação à política realizada pelo Estado em relação aos Direitos do Consumidor, Caetano de Paula salienta que existe um problema sério no Paraná. Ele diz que o Estado é o único do Sul e Sudeste que não está conectado ao Sistema Integrado de Defesa do Consumidor (Sindec), criado há mais de seis anos pelo Governo Federal. O Sindec é interligado aos Procons estaduais e municipais e cria um banco de dados nacional para um melhor direcionamento das políticas públicas neste assunto. "Tudo aquilo que o consumidor reclama aos Procons do Estado não está nesta fonte de dados. Os problemas dos paranaenses, portanto, não estão sendo ouvidos pelo Governo Federal".

14 SET 2011

FOLHA DE LONDRINA

DÉBITOS ANTIGOS

Recebi uma cobrança por meio de ação judicial da receita federal de um débito muito antigo.

Sou obrigado a pagar?

O débito fiscal não caduca?

A resposta à pergunta do leitor pode variar de caso para caso. No Direito, criou-se o instituto da prescrição a fim de se evitar que o direito de entrar com ação tenha duração infinita.

Dentro do Direito Tributário, que regula os débitos fiscais, a prescrição assumiu papel equivalente ao da decadência (popularmente conhecido como “-caducar”), pois ambos têm a capacidade de extinguir o débito fiscal.

Desta forma, o “prazo de validade” de um débito fiscal é de cinco anos. Este prazo começa a contar do lançamento do débito fiscal, seja ele realizado pelo contribuinte ou pelo ente público, e termina na data em que o juiz determinar mande citar o contribuinte da existência do processo de execução proposto pela receita.

É comum que mesmo tendo passado este prazo, a receita cobre estes débitos dos contribuintes por meio de execução judicial. Contudo, estando o débito prescrito, tal cobrança é indevida, sendo que pode-se afastá-la através da devida assessoria jurídica.

Gabriel Nogueira Miranda
advogado (Londrina)

INFORME

OAB

O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante Junior, estará em Londrina amanhã. Ele vai discutir com a imprensa assuntos como o Observatório da Corrupção, lançado pela OAB recentemente, o posicionamento da OAB em relação ao financiamento de campanha por pessoa jurídica - o conselho Nacional entrou com uma Adin no Superior Tribunal Federal arguindo a inconstitucionalidade de quatro dispositivos de duas leis federais (9.096/95 e 9.504/97) que permitem a doação de recursos aos partidos políticos e a candidatos, para a campanha eleitoral. E o fim do sigilo bancário e fiscal de políticos enquanto estiverem cumprindo o mandato.

CARTA

Justiça e Constituição

Até que me provem o contrário, a Constituição do Brasil é a lei maior do país. Entretanto, o presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desembargador Olindo Menezes, autorizou o Senado e a Câmara Federal a pagar salários de servidores acima do teto constitucional. Com um poder desse, quando chegar à presidência do Supremo então, ele vai mandar alterar todos os artigos até mesmo as cláusulas pétrias da CF ao seu bel-prazer.

WILSON OLIVEIRA TRINDADE
(bacharel em Direito) - Londrina

14 SET 2011

METRO

Justiça nega indenização por assalto

Um grupo de funcionários não vai receber indenização por ter sido assaltado na rampa de uma agência do Banco do Brasil, no Mercês. Para os juízes do TJ-PR, a responsabilidade dos bancos se limita aos fatos que ocorrem dentro das agências. ● METRO CURITIBA

TRF anula provas da Operação

Dallas, 14 SET 2011 que investigou o porto

Justiça entendeu que a Vara de Paranaguá que autorizou a coleta de documentos e de informações não tinha competência para isso. Investigados, dentre eles os ex-superintendentes Eduardo Requião e Daniel Lúcio, devem ser beneficiados

Sandro Moser

Uma decisão do Tribunal Regional Federal da 4.^a Região (TRF4) anulou ontem todas as provas obtidas pela Operação Dallas por meio de escutas telefônicas e interceptação de e-mails. A operação foi desencadeada pela Polícia Federal (PF) em janeiro deste ano para investigar supostas fraudes cometidas no Porto de Paranaguá. Também foram anuladas as provas colhidas por meio da busca e apreensão de documentos e outros materiais durante a ação da PF.

A decisão do TRF4, tomada pela 7.^a Turma do tribunal, deve beneficiar todos os investigados na

Operação Dallas — tais como os dois ex-superintendentes da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa), Daniel Lúcio de Oliveira e Eduardo Requião, este último irmão do ex-governador e senador Roberto Requião (PMDB). Também pode ser beneficiado o empresário Luís Mussi, ex-secretário especial no governo Requião e segundo suplente do senador.

O TRF4 entendeu que, pela natureza das irregularidades, a competência para autorizar a investigação seria das Varas Especializadas em Crimes contra o Sistema Financeiro, da Justiça Federal de Curitiba. Mas quem autorizou a coleta de provas e a operação foi a Vara Federal de 1.^o Grau de Paranaguá.

A decisão proferida ontem acatou um habeas corpus proposto pelo advogado Juliano Breda, que representa os empresários Anderson e Fabrício Slavieiro Fumagalli, diretores da Companhia Brasileira de Logística (CBL), que estavam entre os dez detidos pela PF em janeiro.

Breda informou que a decisão não representa o trancamento do inquérito policial que investiga o caso. Mas, segundo ele, todas as provas obtidas irregularmente devem ser retiradas da investigação. "Houve um erro do Ministério Público [Federal] em solicitar, para

o juízo incompetente, a interceptação telefônica e a obtenção de outras provas", disse.

A reportagem procurou a Procuradoria Regional Federal sobre a possibilidade de entrar com recurso contra a decisão. Mas, até o fechamento desta edição, não obteve resposta. O procurador federal de Paranaguá, Alessandro José Fernandes, disse que não poderia comentar o caso, pois não conhecia detalhes da decisão.

Desvios

A Operação Dallas investigava os responsáveis pelo desvio de cargas a granel destinadas à exportação no silo da CBL. Também fazia parte da operação a investigação do favorecimento de empresas responsáveis pela retirada de resíduos do Porto de Paranaguá, além dos crimes de corrupção ativa e passiva, desvio de dinheiro público, superfaturamento, fraude em licitação e formação de quadrilha. Segundo a Receita Federal estimou à época, apenas os desvios de carga podem ter lesado os cofres públicos em até R\$ 8,5 milhões.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

14 SET 2011

R\$ 8,5 milhões

CPI

As denúncias contra altos ex-dirigentes da Appa motivaram a criação da CPI dos Portos na Assembleia Legislativa do Paraná. De acordo com o deputado Douglas Fabrício (PPS), presidente da comissão parlamentar de inquérito, a decisão do TRF4 não vai atrapalhar o andamento dos trabalhos. "As informações da PF eram só uma parte dos trabalhos da CPI. Pretendemos chamar os envolvidos para que esclareçam [as denúncias] publicamente", explicou o deputado.

Fabrício conta que a CPI encontrou pontos suspeitos que a Justiça não estava investigando, como o valor de R\$ 400 milhões em ações trabalhistas e contratos de licitação duvidosos no porto. Segundo ele, a partir da semana que vem, a CPI deve começar a ouvir os investigados.

Colaborou Heliberton Cesca.

é o prejuízo que, segundo a Receita Federal, teria sido causado pelo desvio de cargas no Porto de Paranaguá. Essa é apenas uma das irregularidades investigadas pela Operação Dallas.

"Houve um erro do Ministério Público [Federal] em solicitar, para o juízo incompetente, a interceptação telefônica e a obtenção de outras provas."

Juliano Breda, advogado que representa dois empresários investigados pela Operação Dallas.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

14 SET 2011

ENTENDA O CASO

A Operação Dallas foi deflagrada no início deste ano e envolveu ex-dirigentes da alta cúpula do Porto de Paranaguá:

19 de janeiro – A Polícia Federal (PF) desencadeia a Operação Dallas, que prende dez pessoas e cumpre 29 mandados de busca e apreensão para investigar diversas irregularidades no Porto de Paranaguá – dentre elas fraude em licitação, desvio de carga, corrupção ativa e passiva, desvio de dinheiro público e superfaturamento. Dentre os investigados estão os ex-superintendentes da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (Appa) Daniel Lúcio de Oliveira, preso no Rio de Janeiro, e Eduardo Requião, irmão do ex-governador e atual senador Roberto Requião. Eduardo não chegou a ser preso. Também está na lista de investigados o empresário Luís Mussi, ex-

secretário especial no governo Requião e segundo suplente do senador.

24 de janeiro – Todos os presos são liberados após expirar o mandado de prisão temporária, exceto Daniel Lúcio. O ex-superintendente permanece preso para não atrapalhar na obtenção de provas.

4 de fevereiro – Daniel Lúcio deixa a prisão. Os advogados de defesa dele conseguiram um habeas corpus no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4). Porém, a decisão determinou o pagamento de uma fiança de R\$ 200 mil.

22 de fevereiro – A PF começa a tomar depoimento dos envolvidos na investigação. Ao

todo, mais de 30 pessoas são ouvidas desde então. Parte dos depoimentos acontece por cartaprecatória, ou seja, realizada em outras cidades e, por isso, o trabalho estende-se até meados de julho.

6 de junho – A Assembleia Legislativa do Paraná cria a CPI dos Portos para conseguir documentos, acompanhar as investigações da PF e verificar denúncias de problemas nos portos de Paranaguá e Antonina. O trabalho ainda não foi finalizado.

13 de setembro – O TRF4 decide anular as provas obtidas por quebra de sigilo telefônico, por interceptação de e-mails e por meio da busca e apreensão de documentos.

GAZETA DO POVO

Regulamento permite que Derosso influencie andamento de CPI

14 SET 2011

Oposição questiona fato de presidente da Câmara poder barrar documentos e convocação de autoridades para dar depoimento

Chico Marés

● A minuta do regulamento da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que deve investigar a suspeita de irregularidades nos contratos de publicidade da Câmara de Curitiba, prevê a existência de sessões fechadas ao público. Além disso, a requisição de documentos e a convocação de autoridades para depoimentos precisariam passar pela Mesa Executiva — ou seja, teriam que ser autorizadas pelo presidente da Casa e principal alvo das investigações, João Cláudio Derosso (PSDB).

Segundo o artigo 4.º da minuta, as reuniões poderão ser abertas ao público ou fechadas, conforme deliberação dos membros da comissão, por votação. Além disso, mesmo nas sessões abertas, seriam

vedadas filmagens e gravações de áudio. Para o presidente da CPI, Emerson Prado (PSDB), a medida seria uma forma de evitar transformar a CPI em um “show”. “Vai ser da maneira mais democrática e aberta o possível, não vamos censurar ninguém. O que nós não vamos admitir é sensacionalismo. Nós queremos trabalho, e não ‘oba-oba’”, afirma.

Entretanto, para o vereador Paulo Salamuni (PV), a medida é antidemocrática e exclui os outros vereadores e a população das discussões da CPI. “A sociedade tem que saber o que está acontecendo para dizer se concorda ou não. Não há espaço para reuniões secretas aqui”, comenta. “Isso não é propriedade privada de ninguém e todos devem saber de tudo.”

O mesmo artigo também prevê que a tomada de depoimento de autoridades municipais e a requisição de documentos de repartições públicas devem ser feitas por meio da Mesa Executiva. Para Prado, isso não deve prejudicar as investigações.

O vereador Pedro Paulo (PT) avalia que como o presidente da Casa é o principal investigado ele não pode ser responsável por liberar ou não ações da comissão. “Vamos tentar tirar do regulamento tudo o que

dependa da Mesa Executiva. Embora exista uma promessa de que [a interferência] não vai acontecer, a CPI ficará sempre em um clima de suspeição”, diz.

A minuta do regulamento da CPI é um esqueleto do que devem ser as regras da comissão e ainda precisa ser votada pelos parlamentares — que podem suprimir, acrescentar ou modificar todo o texto. O documento, de autoria da procuradoria jurídica da Casa, será objeto de votação na próxima sessão da comissão. Segundo Prado, ainda não há uma data definida para a reunião, mas o vereador afirma que ela ocorrerá certamente ainda nesta semana.

CONTINUA

14 SET 2011

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Prazo

Outro ponto polêmico que pode ser definido na próxima reunião é o prazo da CPI. O requerimento que pedia sua instalação, assim como a própria minuta do regulamento, dizem que ela deve durar 120 dias. Entretanto, o vereador Zé Maria (PPS) propôs a redução para 90 dias “Se isso se prolonga até o próximo ano, há [durante o recesso] um esfriamento e um tempo para preparar provas. É importante que a CPI termine antes”, afirma o vereador. Prado também acha que o prazo deve ser reduzido.

Para Pedro Paulo, entretanto, é muito cedo para que essa discussão seja realizada. “Isso depende do andamento dos trabalhos”, diz. Segundo o regulamento, a CPI tem um prazo de 15 dias desde sua instalação para definir sua duração.

“Vai ser da maneira mais democrática e aberta o possível, não vamos censurar ninguém. O que nós não vamos admitir é sensacionalismo. Nós queremos trabalho, e não ‘oba-oba’.”

Emerson Prado (PSDB), presidente da CPI.

“A sociedade tem que saber o que está acontecendo para dizer se concorda ou não. Não há espaço para reuniões secretas aqui.”

Paulo Salamuni (PV), integrante da CPI.

“Vamos tentar tirar do regulamento tudo o que dependa da Mesa Executiva. Embora exista uma promessa de que [a interferência] não vai acontecer, a CPI ficará sempre em um clima de suspeição.”

Pedro Paulo, integrante da CPI.

CONTINUA

DOCUMENTOS

Assessores são Impedidos de ver papéis

Funcionários da vereadora Professora Josete (PT) foram impedidos de ter acesso aos contratos de publicidade pela diretoria contábil-financeira da Câmara de Curitiba, na manhã de ontem. Segundo Josete, ela e mais três assessores foram até a administração da Casa, mas o diretor contábil-financeiro, Eponino Macuco Neto, impediu que eles tivessem acesso aos documentos, por ordem da Mesa Executiva da Casa.

A decisão contraria acordo entre o Conselho de Ética e a administração da Casa, que teria autorizado os assessores dos vereadores do conselho a acessar os documentos, desde que devidamente cadastrados. O presidente do conselho, Francisco Garcez (PSDB), disse que vai conversar com a diretoria para garantir que esses assessores possam analisar os documentos.

Segundo o presidente da Casa, João Cláudio Derosso (PSDB), a ordem partiu dele e foi com o intuito de preservar a integridade dos documentos, que ainda estão sendo analisados pelo Ministério Público (MP). Para o vereador, caso muitas pessoas tenham acesso a esses documentos, há o risco de páginas serem extraviadas – e, como presidente, ele poderia ser responsabilizado por isso pelo próprio MP. Além disso, Derosso frisou que, depois que o MP terminar sua investigação, os documentos serão de acesso irrestrito. Os relatórios somados têm cerca de 300 mil páginas. (CM)

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Com problemas de saúde, vereador deixa investigações 14 SET 2011

▀ Membro do Conselho de Ética da Câmara de Curitiba e da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregularidades envolvendo contratos de publicidade da Câmara, Zezinho do Sabará (PSB) deve se afastar dos dois colegiados por 30 dias. O vereador foi internado no último domingo no Hospital Santa Isabel, na Cidade Industrial, onde foi constatada uma hérnia no estômago e úlcera. Zezinho teve alta na tarde de ontem.

Segundo Zezinho, seu médico lhe indicou evitar situações de estresse e, portanto, sua participação no Conselho e na CPI seria desaconselhável. O vereador aguarda, também, o resultado de exames que podem indicar a necessidade de uma cirurgia.

O vereador já mandou uma carta ao presidente do conselho, Francisco Garcez (PSDB), pedindo seu afastamento. Ele era membro da comissão de inquérito que deve apresentar o pedido de afastamento de Derosso da Câmara e relator de uma denúncia envolvendo o jornal Câmara em Ação — há um questionamento sobre possíveis irregularidades nos gastos da Câmara com o periódico. De acordo com Zezinho, a ideia é não prejudicar o andamento dos trabalhos.

Segundo Garcez, ainda não se sabe quem deve assumir sua cadeira, já que o regimento é omissivo nesse aspecto. Existem cinco suplentes, mas eles não são vinculados aos vereadores. Logo, não há nenhuma indicação de qual deles deve assumir o cargo. Além disso,



Zezinho do Sabará: internamento para tratar hérnia e úlcera.

o conselho segue a proporcionalidade partidária — o que, em tese, faz com que o suplente natural de Zezinho seja algum vereador do PSB. Entretanto, nenhum dos suplentes é do partido.

De acordo com Garcez, a procuradoria jurídica da Casa deve apresentar um parecer indicando quem deve assumir a cadeira de Zezinho. A resposta deve sair até o fim da semana. Os suplentes são: Odilon Volkmann (PSDB), Tito Zeglin (PDT), Dirceu Moreira (PSL), Paulo Salamuni (PV) e Professora Josete (PT).

Quanto à CPI, Zezinho disse colocar seu cargo nas mãos dos

vereadores da comissão. O prazo será de, no mínimo, 90 dias — o que, em tese, permitiria que ele assumisse sua cadeira ainda na primeira metade do processo. “Vai depender do que o grupo decidir. Se acharem que isso vai acarretar problemas, posso sair”, diz. A decisão criaria, entretanto, um novo vácuo jurídico, já que a CPI não tem suplentes. Em tese, a vaga deveria ir para outro vereador do PSB. A única pessoa do partido apta a assumir essa cadeira, neste momento, seria a vereadora Dona Lourdes, já que Tico Kuzma é membro da Mesa Executiva. (CM)

GAZETA DO POVO

14 SET 2011

GUARAPUAVA MP-PR cobra obras em aeroporto

O Ministério Público do Paraná protocolou na segunda-feira nova ação contra o município de Guarapuava, na região central, pelo não cumprimento de um acordo firmado em outubro de 2004 para a regularização do aeroporto regional. A promotoria cobra a execução de obras emergenciais e a transferência de moradores da região que estão vivendo em situação de risco. A ação impõe multa diária de R\$ 10 mil ao prefeito Fernando Ribas Carli pelo descumprimento do acordo.

COLUNA DO LEITOR

CNJ

É necessário que exista um órgão independente para apurar e investigar os juízes pois os magistrados também erram, e deve haver um grupo isento para controlá-los.

Osmar de Oliveira

Para pensar...

NOTA POLÍTICA

"Fui cassado sem provas. Espero que o julgamento seja o mais rápido possível. Quero ser julgado."

José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil, cobrando agilidade no processo do mensalão no Supremo.

14 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO MP do Paraná questiona publicidade do Fiat 500

O Ministério Público do Paraná, por meio da Promotoria de Justiça e Defesa do Consumidor de Curitiba, instaurou um inquérito civil para apurar possível prática de publicidade abusiva em um anúncio do Fiat 500, também conhecido como cinquecento. A promotora Cristina Corso Ruaro disse que, no entendimento da entidade, uma frase dita pelo ator Dustin Hoffmann na publicidade levada ao ar em rádios seria um incentivo ao consumidor para agir de forma contrária à lei.

Na publicidade, primeiramente a frase é dita em português e, depois, o ator a repete em inglês: "Você tem apenas uma chance de escapar da polícia. Aqui está a chave de meu cinquecento". "O Código de Defesa do Consumidor é claro ao considerar isso abusivo", salientou.

Segundo a promotora, está sendo desrespeitado o parágrafo 2.º do artigo 37 do código que, entre outras questões, considera abusiva a publicidade que "seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança". "Aqui se trata de segurança e, de forma indireta, com o tempo e com a reiteração, vai induzir o consumidor a se comportar de forma contrária à lei", afirmou.

Cristina disse ter enviado um ofício à Fiat sugerindo que a publicidade seja retirada imediatamente do ar. O ofício foi manda-

do na terça-feira da semana passada e a empresa tem cinco dias, após o recebimento, para responder. Ao mesmo tempo, ela pediu que a empresa apresente os motivos para veicular essa fala. A promotora também enviou ofício ao Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), solicitando uma avaliação de providências em relação à veiculação.

Cristina disse aguardar que a Fiat tome a iniciativa de retirar a publicidade. O inquérito civil pode, ao final das investigações, ser arquivado, resultar em um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) ou servir como base para uma ação coletiva de consumo.

Em nota, a Fiat disse "não ter sido oficialmente comunicada da instauração de qualquer processo ou procedimentos em qualquer instância envolvendo a publicidade do cinquecento".

14 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Polícia apreende pistola de suspeito de matar juíza

Uma pistola foi apreendida anteontem na casa do cabo Sergio Costa Júnior, um dos três policiais militares suspeitos do assassinato da juíza Patrícia Acioli, em 11 de agosto. A arma é de calibre .40. Segundo a perícia, Patrícia foi morta com 21 tiros de calibres 38, .40 e .45.

A polícia quer saber de que armas partiram os disparos. No 7.º Batalhão da Polícia Militar, onde trabalhavam os PMs presos, no Grupo de Ações Táticas (GAT), 695 armas foram apreendidas – todos os revólveres e pistolas da unidade – para ser periciadas.

Policiais da Divisão de Homicídios cumpriram ontem 18 mandados de busca e apreensão nas casas de outros PMs do GAT e de pessoas ligadas aos suspeitos. Após ter as prisões temporárias decretadas, os cabos Júnior e Jefferson de Araújo Miranda e o tenente Daniel dos Santos Benitez, que já cumpriam pena por outro crime na Unidade Prisional da PM, foram levados para a Divisão de Homicídios (DH).

Além da arma encontrada na casa do cabo Júnior, em São Gonçalo, a polícia apreendeu munição na casa da mãe dele. No armário de Benitez, no 7.º BPM, foi achada munição calibre 9mm.

14 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Ex-dirigentes do Incra têm bens bloqueados

A Justiça determinou o bloqueio de R\$ 296 mil das contas bancárias de cada uma das cinco pessoas denunciadas pelo Ministério Público Federal por improbidade administrativa em Mato Grosso do Sul. Entre eles estão dois ex-dirigentes do Incra no Estado – o ex-superintendente Luiz Carlos Bonelli e seu substituto, Valdir Perius –, além do ex-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de MS Geraldo Teixeira de Almeida.

Segundo a denúncia, eles teriam realizado transferências irregulares de uma área de 30 mil metros quadrados no Assentamento Teijin, em Nova Andradina (MS). Em 2007, o Incra autorizou, em caráter provisório, a ocupação do terreno pela Fetagri, que cedeu metade da área para Ari Inéia em troca da construção de um galpão. Posteriormente, a área foi cedida para Cleito Inéia e André Bender, que construíram uma churrascaria no local. Eles também foram afetados pela decisão e terão as contas bloqueadas.

De acordo com o Ministério Público, as transferências e autorizações de uso da área não seguiram o procedimento formal e contrariam a legislação, que veda uso particular de áreas públicas. O MPF diz ainda que o Incra não acompanhou a destinação dada à área e não fiscalizou o uso.

14 SET 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Ex-secretário de Campinas acusa promotores

Francisco de Lagos, ex-secretário de Comunicação em Campinas, acusado pelo Ministério Público de integrar suposta organização criminosa para fraudes em licitações na gestão Dr. Hélio (PDT), partiu para o ataque e classifica de “inconstitucional” a investigação de caráter criminal, desafia a promotoria a exhibir provas de seu envolvimento na trama e, no momento, diz estar escrevendo um livro, “O vôo da liberdade”, no qual pretende relatar detalhes de sua vida e sua versão para o caso.

“Estou há cinco meses nesse drama. Nunca fui ouvido por ninguém, nem pelos promotores, nem pela polícia, nem pelo juiz. Não existe um só depoimento de quem quer que seja dizendo que recebi dinheiro de corrupção”, afirma Lagos, que teve a prisão decretada em duas oportunidades pelo juiz Néelson Augusto Bernardes de Souza, da 3ª Vara Criminal de Campinas.

Lagos é citado no inquérito que a promotoria abriu para investigar desvios de recursos da Sanasa, a companhia de saneamento de Campinas. Em maio, a Justiça ordenou a prisão de 20 suspeitos, entre eles Lagos e o então vice prefeito Demétrio Vilagra (PT), que hoje ocupa a cadeia de Dr. Hélio, cassado.

A promotoria apresentou denúncia contra o grupo. Os autos foram deslocados para o Tribunal de Justiça porque um dos investigados, o prefeito Vilagra, detém prerrogativa de foro perante a corte.

O ex-secretário diz que “só ficou sabendo pela televisão quem eram esses caras, empresários e lobistas (acusados pelo Ministério Público)”. “Fui colocado de graça nessa lixeira. Estou vivendo um inferno. Não me deram o direito de defesa. Nem sei do que me acusam. Minha prisão foi decretada duas vezes, fui enxovalhado pela mídia, fui denunciado por ‘atrapalhar as investigações’ ao cumprir minha missão constitucional e legal no exercício da função, que sempre conduzi com dignidade.”

Lagos assegura que sua filha não foi casada com o empresário Hugney Ferreira, que teria sido beneficiado na gestão Dr. Hélio. “Minha filha teve relação amorosa com Hugney entre 2002 e 2004, mas não é casada e nem casou com o cidadão. Minha filha não tem nada com isso. Seu estado civil foi adulterado.”

Dr. Hélio pode ter bens bloqueados

● O vereador Rafa Zimbaldi (PP), de Campinas, pediu antontem o bloqueio de bens do ex-prefeito Hélio de Oliveira Santos (PDT), cujo mandato foi cassado em 20 de agosto. Um dos advogados de Dr. Hélio, Alberto Rollo, disse que o ex-prefeito ainda não foi informado oficialmente sobre a ação e que a defesa trabalha para conseguir o retorno do pedetista ao cargo. Na ação, Zimbaldi também pede o bloqueio de bens de dois secretários municipais e do presidente de um instituto.

14 SET 2011

Detentos plantam 1,5 milhão de mudas

Presos reduzem a pena com iniciativa da Florestas Inteligentes em Tremembé

PAULO FRANZINE
DIRETOR DA FLORESTAS INTELIGENTES

"Nosso lema é homens e florestas em pé. Essa é a forma de ter um empreendimento sustentável."

ELIA FOTES
EX-DETENTO

"Para mim, conseguir trabalhar foi um alívio. Ajudava a passar o tempo. E foi uma experiência diferente, porque nunca tinha plantado."

Dois viveiros ficam dentro do Centro de Progressão Penitenciária Dr. Edgard Magalhães Noronha, conhecido como Pemanó, em Tremembé. E 53 detentos em regime semiaberto trabalham na produção das mudas.

Um convênio entre a empresa Florestas Inteligentes e a Fundação de Amparo ao Preso (Funap) resultou num estoque de mais de 1,5 milhão de mudas adultas – com mais de 1 metro de altura – de 130 espécies diferentes.

A produção mensal é de 100 mil mudas. Desde maio de 2010, quando o projeto teve início, são produzidas tanto espécies nativas da Mata Atlântica quanto espécies exóticas. O número de trabalhadores é variável, dependendo da quantidade de sementes que a empresa tiver. "Mas, no fim do ano, a expectativa é ter perto de 70 reeducandos com a gente", afirma Paulo Augusto Franzine, diretor da empresa.

Para os detentos, a vantagem de entrar no programa é receber um salário mínimo (e, dessa forma, poder ajudar a família) e reduzir a pena em um dia a cada três trabalhados.

Com a produção de mudas, o objetivo será atender, principalmente, empresas e pessoas que precisam fazer reflorestamento e compensação ambiental – quando uma obra causa um impacto no ambiente e o responsá-

vel tem de fazer um plantio de árvores para contrabalançar o dano gerado, por exemplo. Paisagistas também estão na mira da empresa.

O tamanho da muda, de 1 metro, é ressaltado como um diferencial – mudas em tamanhos menores exigem maior tempo de monitoramento e cuidado para sobreviver. Os tubetes para as sementes e os vasos para as mudas são biodegradáveis, feitos com palha de arroz, celulose (jornal velho) e amido de milho. Dessa forma, substituem os plásticos e podem ser colocados na terra sem provocar poluição.

Mercado. A abertura da Florestas Inteligentes ao mercado será no Dia da Árvore, na próxima quarta-feira. O preço médio de cada muda será de R\$ 10.

A data é especial também por outro motivo: será a formatura de 47 detentos que participaram de aulas de capacitação no Pemanó. Os estudantes podem aprender em quatro áreas: restauro florestal, viveirismo, jardinagem e paisagismo. Quem ensina são mestrandos da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP).

"Nosso lema é homens e florestas em pé", diz Franzine, sobre o modelo que combina resultados ambientais, sociais e financeiros. "Entendemos que essa é a forma de ter um empreendimento sustentável", afirma.

Elias Rafael Fortes, de 37 anos, foi um dos beneficiados pelo projeto. "Fiquei quase um ano na plantação. Fui criado em fazen-

da, mas nunca tinha mexido de verdade com isso. Mas estava com muita vontade de aprender", diz ele, que já deixou o centro de progressão e voltou a trabalhar na construção civil.

Casado e com uma filha, ele conta que "tentou dar um pulo maior do que a perna" e foi preso por tráfico de drogas. "Estou me recuperando e o serviço me ajudou muito. Quando estava no regime fechado, ele aprendeu a fazer bonés de croché e barquinhos de enfeite para passar o tempo.

Contra o ócio. A iniciativa do viveiro de plantas foi reconhecida no ano passado, quando a Secretaria Estadual da Administração Penitenciária recebeu o Prêmio Governador Mario Covas em excelência de gestão pública.

Para o diretor do Pemanó, Silvio Ferreira de Camargo Leite, oportunidades de trabalho e capacitação profissional como essa se refletem positivamente no ambiente prisional, "combatendo o ócio, disciplinando e preparando o começo desses indivíduos no meio social". No mesmo local também existe uma capacitação para a fabricação de papel artesanal, em que os detentos aprendem sobre reciclagem.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MURÁ

14 SET 2011

REVISTA LUSO-BRASILEIRA FOI LANÇADA NO RIO



Luiz Fernando de Queiroz, editor da revista e Mário Frota, professor



Evento foi prestigiado por dezenas de vultosos nomes do cenário jurídico nacional

Na semana passada, foi lançada no Rio de Janeiro, no átrio do auditório da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, mais uma edição da Revista Luso-Brasileira de Direito do Consumo. O ato foi presidido pelo professor português Mário Frota, presidente do Conselho Diretor da revista, acompanhado do editor da publicação, advogado curitibano Luiz Fernando de Queiroz, diretor da Editora Bonijuris.

O lançamento foi prestigiado por nomes significativos do mundo jurídico carioca, como o presidente substituto do TJ, o Desembargador, Werson Rêgo, o Prof. Guillermo Orozco Pardo, o Juiz Flávio Citro Vieira de Mello, membros do ministério público e autoridades em geral..

O Prof. Mário Frota mostrou os objectivos da Revista, enquanto instrumento privilegiado na cooperação que procura associar Portugal e Brasil em todos os domínios, em particular no dos direitos do consumidor, “para além da permuta de ideias, da consolidação dos direitos até então alcançados, no reforço de plataformas que assegurem a efectividade de tais direitos’

ESFORÇOS DE JOATAN

Mário Frota citou os esforços do Desembargador Joatan Marcos de Carvalho, de Curitiba, para que o projeto se consubstanciasse; e a ação do editor Luiz Fernando de Queiroz, que, disse, garantiu a materialização do projeto.

A Revista Luso-Brasileira de Direito do Consumo circula no Brasil e em países da Comunidade Européia.

Seguiu-se coquetel de conagraçamento, promovido pelo editor, encerrando o lançamento no Rio.

FÁBIO CAMPANA

Anulou

O Tribunal Regional Federal concedeu habeas corpus e anulou nesta terça-feira (13) todos os registros telefônicos e de e-mail usados como provas da Operação Dallas, que investiga irregularidades no Porto de Paranaguá. No entendimento do TRF, o juiz responsável pelo caso em Paranaguá não era capacitado e deveria ter recorrido a uma vara especializada.

Não atrapalha

Para o deputado Douglas Fabrício, presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga as irregularidades no Porto de Paranaguá, a decisão não atrapalha os trabalhos. “As informações que obtivemos da Operação Dallas eram de apenas uma parte dos trabalhos da CPI e se precisarmos de mais informações, vamos chamar os envolvidos para que esclareçam publicamente”, explicou o deputado.

14 SET 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Brasileiros e portugueses discutem Direito Constitucional

Acontece nos próximos dias 19 e 20 de setembro o Seminário Internacional de Direito Constitucional, no Espaço Sociocultural do Centro de Integração Empresa Escola, promovido pelo Instituto dos Advogados de São Paulo, pelo Consulado Geral dos Estados Unidos e pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. O seminário, sob a coordenação da desembargadora Maria Cristina Zucchi, presidente da Comissão de Estudos de Direito Constitucional do Iasp, é gratuito e fornecerá certificado de participação.

As atividades têm início no dia

19 (segunda-feira), com a participação dos integrantes do Conselho Superior da Magistratura do Tribunal de Justiça de São Paulo, no painel "Súmula Vinculantes". Também nesse dia, acontece a palestra da juíza Sue Cobb, presidente da Suprema Corte Estadual do Alabama, EUA, até o dia 31 de julho de 2011, sobre "O papel e a importância do precedente na cultura jurídica americana".

O encontro também terá a presença da juíza da Corte Constitucional de Portugal, Maria Lúcia Amaral; do professor de Direito Constitucional da Universidade de

Lisboa Carlos Blanco de Moraes, que vai falar sobre a força vinculante das decisões judiciais em Portugal; e do professor de Direito Constitucional da USP, Alexandre de Moraes, para fazer um balanço dos cinco anos de criação do instituto da Súmula Vinculante.

Serviço:

Local – Espaço Sociocultural – Teatro CIEE
Endereço – Rua Tabapuã, 445, Itaim Bibi, São Paulo/SP
Informações – (11) 3040-6541 – CIEE / (11) 3106-8015
(estacionamento gratuito no local)

Altamira tem competência para julgar processos relativos à Belo Monte

O entrave jurídico que impedia a tramitação de oito processos relativos à instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, foi superado, com a definição, pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que a competência para analisar os casos é da Justiça de Altamira. Desde o ano passado, o andamento dos processos relativos à Belo Monte estava suspenso porque nem o juiz federal de Altamira, nem o juiz da vara ambiental federal de

Belém se consideravam competentes para julgar o caso.

A decisão, no entanto, pode não significar uma solução rápida para os processos pendentes, já que a vara de Altamira está sem juiz. Enquanto a vaga não é preenchida, o juiz federal Alexandre Medrado Buck Sampaio vai responder como substituto. "Para evitar o chamado fato consumado no que diz respeito à [Usina de] Belo Monte, torna-se imprescindível a manifestação urgente do

Poder Judiciário nas ações civis públicas propostas pelo MPF [Ministério Público Federal]", cobra o procurador Cláudio Terre do Amaral, que atua em Altamira.

A maioria dos processos relativos à hidrelétrica teve decisões liminares e aguarda análise do mérito. São processos que tratam de violações de direitos indígenas, desobediência a leis ambientais e do não cumprimento das exigências sociais do empreendimento.

14 SET 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MP-AM pede afastamento de defensor público-geral

O Ministério Público de Amazonas pediu, nesta segunda-feira (12/9), ao Tribunal de Justiça do Estado o afastamento prévio do defensor público-geral do Estado, Tibiriçá Valério de Holanda, de acordo com notícia da Folha Online.

Ele, o filho e mais quatro pessoas foram denunciados sob acusação de tráfico de influência, corrupção passiva e violação de sigilo funcional. Tudo relacionado a suspeitas de fraudes no concurso público da Defensoria Pública.

O concurso público para defensores foi anulado, em agosto, pelo governo estadual após a Promotoria apontar que filhos de defensores, de um secretário municipal, entre outros, passaram com notas idênticas (80 pontos).

A investigação apontou que a fraude contou com a participação da empresa Instituto Cidades, que realizou o concurso. Segundo o procurador-geral de Justiça, Francisco Cruz, o afastamento prévio

de Valério de Holanda é necessário para que o processo judicial tenha "isenção e serenidade".

"Nada mais razoável que as pessoas envolvidas serem afastadas para que as provas sejam produzidas com tranquilidade", afirmou. O pedido do Ministério Público e a denúncia contra os acusados estão sendo analisados pelo TJ-AM.

Mais de 5 mil candidatos concorrem às 60 vagas de defensor público. O salário inicial era de R\$ 15 mil. O Instituto Cidades ganhou R\$ 1 milhão com as inscrições, de acordo com a denúncia.

De acordo com a denúncia do Ministério Público, além do defensor-geral, foram acusados o seu filho, Tibiriçá Valério de Holanda Filho, e Newton Melo, um irmão do subdefensor público-geral, Wilson Melo.

Também estão entre os acusados Américo Gorayeb Neto, filho do secretário municipal de Obras, Américo Gorayeb. E Luiz Domingos Lins e Leonardo Chaves, responsável pelo Instituto Cidades, que tem sua sede em Fortaleza (CE).

14 SET 2011

JORNAL DO ESTADO

JUSTIÇA

STF julga hoje processo de desaposentação

Deverá ser julgada hoje a primeira ação sobre desaposentação que chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF). O processo é movido por uma segurada do Rio Grande do Sul, que seguiu contribuindo depois de ter se aposentado. Ela ingressou com ação na Justiça para que o INSS considere as contribuições e o tempo de serviço posterior à aposentadoria.

Apesar de ter perdido em duas instâncias, a segurada recorreu ao Supremo em 2003. O julgamento teve início em setembro do ano passado e recebeu, do relator do processo, o ministro Marco Aurélio, voto favorável à segurada. Entretanto, o julgamento foi suspenso por um pedido de vista do ministro José Antonio Dias Tóffoli e somente agora foi retomado.

A desaposentação começa a tornar-se bastante procurada para quem seguiu trabalhando depois de ter se aposentado. A pessoa pleiteia o cancelamento de sua aposentadoria visando a concessão de uma outra mais vantajosa. Assim, o segurado renuncia ao benefício, para obter outro mais favorável. Para isso, computa-se todo o perío-

do trabalhado, inclusive as novas contribuições realizadas à Previdência Social após a aposentadoria.

Segundo o especialista em Direito Previdenciário Humberto Tommasi, esse julgamento abrirá um forte precedente para os processos de desaposentação que hoje tramitam na Justiça. “É esperado que esta ação que chegou ao STF receba votos favoráveis da maioria dos ministros do Supremo, pois isso representaria uma oportunidade de os segurados conseguirem uma aposentadoria melhor caso tenham continuado trabalhando depois de se aposentarem”, afirma. Não existe vedação legal para que se proceda o novo cálculo. “A jurisprudência já está admitindo a nova aposentadoria, mas é importante ressaltar que alguns Tribunais exigem devolução do valor pago”, afirma Tommasi.

Tommasi adverte, entretanto, que antes do pedido da desaposentação, é necessário e imprescindível, por cautela, fazer uma projeção/simulação do valor que o segurado passará a receber com a nova aposentadoria.

14 SET 2011

JORNAL DO ESTADO

JUSTIÇA

STF julga hoje processo de desaposentação

Deverá ser julgada hoje a primeira ação sobre desaposentação que chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF). O processo é movido por uma segurada do Rio Grande do Sul, que seguiu contribuindo depois de ter se aposentado. Ela ingressou com ação na Justiça para que o INSS considere as contribuições e o tempo de serviço posterior à aposentadoria.

Apesar de ter perdido em duas instâncias, a segurada recorreu ao Supremo em 2003. O julgamento teve início em setembro do ano passado e recebeu, do relator do processo, o ministro Marco Aurélio, voto favorável à segurada. Entretanto, o julgamento foi suspenso por um pedido de vista do ministro José Antonio Dias Toffoli e somente agora foi retomado.

A desaposentação começa a tornar-se bastante procurada para quem seguiu trabalhando depois de ter se aposentado. A pessoa pleiteia o cancelamento de sua aposentadoria visando a concessão de uma outra mais vantajosa. Assim, o segurado renuncia ao benefício, para obter outro mais favorável. Para isso, computa-se todo o período

de trabalhado, inclusive as novas contribuições realizadas à Previdência Social após a aposentadoria.

Segundo o especialista em Direito Previdenciário Humberto Tommasi, esse julgamento abrirá um forte precedente para os processos de desaposentação que hoje tramitam na Justiça. “É esperado que esta ação que chegou ao STF receba votos favoráveis da maioria dos ministros do Supremo, pois isso representaria uma oportunidade de os segurados conseguirem uma aposentadoria melhor caso tenham continuado trabalhando depois de se aposentarem”, afirma. Não existe vedação legal para que se proceda o novo cálculo. “A jurisprudência já está admitindo a nova aposentadoria, mas é importante ressaltar que alguns Tribunais exigem devolução do valor pago”, afirma Tommasi.

Tommasi adverte, entretanto, que antes do pedido da desaposentação, é necessário e imprescindível, por cautela, fazer uma projeção/simulação do valor que o segurado passará a receber com a nova aposentadoria.

JORNAL DO ESTADO

CRACK

Mães viciadas
perdem
tutela de
filhos em SP

14 SET 2011

Na maior maternidade estadual da zona leste de São Paulo, 99 mulheres perderam a tutela de seus filhos em razão da dependência química. Levantamento inédito produzido pela Secretaria de Estado da Saúde na maternidade estadual Leonor Mendes de Barros, a maior da zona leste de São Paulo, aponta aumento no número de mães dependentes de crack e cocaína que perdem a tutela de seus bebês em razão do vício. Por meio do serviço social, o hospital encaminhou em 2010, para a Vara da Infância e Juventude, 43 crianças cujas mães não tinham condições de manter a guarda do filho em virtude da dependência química.

Esse aumento foi progressivo no decorrer dos anos. Em 2007 houve apenas um caso. Em 2008, 15 crianças foram encaminhadas à Vara da Infância e Juventude. Já em 2009 foram 26 casos, o que representa um aumento de 73% se comparado ao ano anterior. Só no primeiro trimestre de 2011, o hospital registra 14 casos de perda da tutela.

O fluxo de atendimento levou o hospital a realizar um estudo específico para diagnosticar os aspectos sociais que compõe o cenário de prejuízo materno em detrimento das drogas. Com base na análise de 33 prontuários de pacientes que deram entrada entre abril de 2009 e abril de 2010, foi observado que 64,5% das parturientes atendidas tinham idade entre 15 e 25 anos. Há prevalência de baixo nível de escolaridade (54,8% não completaram o Ensino Fundamental) e ausência de profissão estabelecida (61,3%).

JORNAL DO ESTADO

POLÊMICA

MP-PR apura irregularidade em anúncio do veículo Fiat 500

14 SET 2011

O Ministério Público do Paraná, através da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Curitiba, abriu inquérito civil para apurar a prática de publicidade abusiva em um anúncio do veículo Fiat 500 que vem sendo veiculado via rádio. No anúncio é dito, em frase pronunciada pelo ator Dustin Hoffmann, que “com o Cinquecento consegue fugir da polícia”, o que seria um incentivo ao consumidor a se comportar de forma contrária à Lei. Também foi expedido ofício ao CONAR - Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária, solicitando avaliação e providências com relação à veiculação da publicidade. O inquérito foi instaurado pela promotora de Justiça Cristina Corso Ruaro.

A publicidade abusiva é vedada pelo Código de Defesa do Consumidor, sendo definida no parágrafo 2º do artigo 37: “É abusiva, dentre outras, a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeite valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor; a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.”

Suplentes

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou o pedido feito em dois Mandados de Segurança (MS 30317 e MS 31391) impetrados por suplentes que pretendiam assumir cargos na Câmara Federal devido à licença dos titulares dos quais seriam os primeiros suplentes pelos partidos aos quais são filiados. Um deles é do Paraná e se refere ao suplente de deputado federal João Destro, do PPS/PR, e o segundo pedido é a suplente de deputada federal Romanna Giulia Ceccon Leandro Remor, do Democratas/SC. João Destro alegava na inicial que é o oitavo suplente na coligação partidária pela qual concorreu ao cargo de deputado federal nas eleições de 2010. Com relação ao partido ao qual ele é filiado (PPS), informava ser o primeiro suplente para a Câmara Federal. João Destro argumentou também que em razão da licença do deputado federal Cezar Silvestri (também filiado ao PPS) para tomar posse como Secretário Estadual do Desenvolvimento Urbano do Paraná (SEDU), a Mesa da Casa Legislativa deveria proceder à sua convocação conforme a ordem de suplentes da coligação.

14 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

Justiça ameaça parar obras em Cumbica

Decisão judicial vai contra falta de licitação; Infraero alegou urgência para evitar o caos aéreo no final do ano

Estatual argumenta que proximidade da Copa de 2014 justifica caráter emergencial para os trabalhos em Guarulhos

Sem ser notificada da decisão judicial de segunda-feira, a construtora Delta continuou ontem as obras do terminal remoto do aeroporto internacional de Guarulhos.

A Justiça determinou a paralisação da obra por falta de licitação. A Infraero alegou urgência, pela proximidade da Copa do Mundo de 2014 e para evitar caos aéreo no fim do ano. O caráter emergencial permite dispensa de processo licitatório.

Em nota, a Delta, responsável pela obra, afirma que “os trabalhos prosseguem normalmente em função da responsabilidade da empresa em cumprir o contrato e os prazos”.

A previsão é entregar a obra até o fim do ano.

A construtora diz que a paralisação da obra ocorrerá “em acatamento à ordem expressa da Infraero, do Judiciário ou do Tribunal de Contas da União”.

A Delta diz ainda que os preços foram “minuciosamente examinados” pela Secretaria de Fiscalização de Obras do TCU.

E que “[os preços] demonstram claramente serem os menores já contratados pela Infraero para obras aeroportuárias de grande porte”.

Empresa controlada por Fernando Cavendish Soares, a Delta líder, há dois anos, o ranking das construtoras com mais contratos com o governo federal.

A empresa integra o consórcio que executa a reforma do estádio do Maracanã, no Rio, ao lado de Andrade Gutierrez e Odebrecht.

A Infraero afirma estar “ciente da decisão proferida” e que vai tomar medidas jurídicas necessárias para garantir a continuidade das obras.

A contratação da Delta se deu por meio de carta-convide a quatro grandes construtoras e a Delta apresentou a menor proposta, no valor de R\$ 85,75 milhões.

O terminal será localizado em uma área antes ocupada pelos terminais de carga da Vasp e da Transbrasil.

CAPACIDADE

Ele terá capacidade para 5,5 milhões de passageiros e 600 vagas de estacionamento. O terminal não terá posições de pontes de embarque, que conectam a sala de embarque às aeronaves. O acesso aos aviões será feito por meio de ônibus.

Recentemente, a Infraero inaugurou outro terminal provisório, com capacidade para 1 milhão de passageiros. Esse terminal foi ocupado por empresas menores, como Passaredo e Trip.

Apesar da urgência da obra do terminal remoto, a Infraero

não tem definido quais companhias aéreas deverão operar no terminal. Ele é muito grande para as empresas de pequeno porte, que já estão instaladas no novo terminal provisório. As grandes companhias, TAM e Gol, não querem deixar as suas posições atuais.

O desejo da Infraero é levar a Gol para o terminal remoto, mas ainda não foi feita uma consulta formal à companhia.

O aeroporto de Guarulhos tem capacidade para 20,5 milhões de passageiros. Em 2010, operou com 26,8 milhões de viajantes.

Além da paralisação imediata das obras, a decisão judicial proíbe a Infraero de efetuar qualquer pagamento à Delta até o final do julgamento da ação. A multa diária pelo descumprimento da decisão é de R\$ 100 mil.

14 SET 2011

FOLHA DE S. PAULO

Segurança pública e direitos humanos

OSCAR VILHENA VIEIRA, RENATO SÉRGIO DE LIMA E THEO DIAS

Em coluna na **Folha** (“A miséria da sociologia”, de 29/8), Vinicius Mota interpreta a manifestação de leitores a favor de ações policiais violentas como decorrência do fracasso do “pensamento acadêmico-ongueiro dos direitos humanos”, que relativizaria a importância da responsabilidade individual pelo delito, desconsiderando a importância da repressão penal.

O diagnóstico nos parece equivocado. Conforme pesquisa da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, cresce o apoio aos direitos humanos, especialmente entre a população jovem e mais bem-educada. Por outro lado, os avanços, ainda que tímidos, na contenção da violência policial em São Paulo decorrem, em boa parte, do trabalho de organizações da sociedade civil na denúncia de abusos e no fortalecimento de uma cultura dos direitos, dentro e fora da polícia.

Polícia é instituição fundamental numa democracia. Submetê-la a controle e transparência é fator central para alcançarmos novo patamar civilizatório. A alternativa aos direitos humanos na segurança pública é o modelo “Rota na rua”, da polícia que atira antes de perguntar, em inocentes e culpados.

As experiências bem-sucedidas de redução da criminalidade têm si-

O debate sobre a questão criminal é distorcido quando se antagoniza os imperativos dos direitos humanos e os da segurança pública

do as capazes de mobilizar a participação efetiva das diversas instituições e dos cidadãos no processo de identificação e gestão dos problemas. Observa-se, em diversos Estados, produtiva aproximação entre integrantes do mundo “acadêmico-ongueiro” e policiais comprometidos com o respeito à lei.

Mas política de segurança participativa não se sustenta com polícia corrupta e violenta. Sem honestidade, profissionalismo e transparência, a polícia não adquire o respeito e a confiança da população. Sem confiança, não há eficiência.

Consolida-se, no Brasil e no mundo, uma nova cultura progressista de prevenção criminal, caracterizada pela diversificação das respostas sociais e governamentais aos problemas do crime e da insegurança. Não há ator social que não possua responsabilidade na gestão da segurança do espaço urbano.

A eficácia da resposta repressiva depende de sua capacidade de arti-

culação com outros espaços de intervenção, nas áreas de educação, planejamento urbano, saúde, regulação bancária, etc. Quando se avalia o êxito das experiências de Bogotá ou Medellín, medidas como implantação de ciclovias e bibliotecas, educação no trânsito e aprimoramento da repressão penal são colocadas no mesmo patamar.

O debate público sobre a questão criminal é distorcido quando se antagoniza os imperativos dos direitos humanos e os da segurança pública. A responsabilidade do Estado é produzir políticas públicas de segurança dentro da legalidade.

As organizações de direitos humanos têm por missão contribuir para a ampliação do respeito aos direitos, e uma de suas estratégias é denunciar aqueles que os violam. Elas não podem ser recriminadas por fazê-lo. Pelo contrário, devem aumentar os seus esforços para demonstrar a falácia de discursos que, em nome do medo e da insegurança, concedem “permissões para matar”. Polícia violenta é fator de insegurança social.

OSCAR VILHENA VIEIRA, professor e diretor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, é membro do Conselho da Conectas Direitos Humanos. RENATO SÉRGIO DE LIMA, sociólogo, é secretário executivo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. THEO DIAS, advogado criminal, é professor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas.

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DOS LEITORES Bebida e direção

14 SET 2011

JUÍZA ASSASSINADA

Polícia faz buscas em casa de PM suspeito de morte

DO RIO - A Polícia Civil do Rio encontrou ontem uma arma .40 na casa do PM Sérgio Costa Júnior. Ele e outros dois PMs foram indiciados sob suspeita de terem assassinado a juíza Patrícia Acioli há um mês.

Além dessa arma, outros 695 revólveres e pistolas calibre .38 e .40 foram recolhidos do 7º Batalhão, onde os agentes estavam lotados no dia do crime. Perícia fará o confronto balístico entre as armas e cartuchos do local do crime. Na casa da mãe de Costa Júnior, foi encontrada munição.

Alzira Garcia, advogada de Costa Júnior e Jefferson de Araújo Miranda, não se posiciona. Saulo Sales, advogado de Daniel Benitez Lopez, afirmou que o PM nega o envolvimento no crime.

Lúcida a decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) de transformar a acusação de crime doloso em culposo quando um motorista, após ter ingerido bebida alcoólica, tenha sido responsável por um atropelamento. Qual a diferença entre alguém que bebe e causa um acidente com morte e outro que, estando sóbrio, dirige de forma imprudente e mata cinco pessoas?

ARY DE OLIVEIRA JUNIOR (São Vicente, SP)

Leio nos jornais que os ministros do STF —em espantoso e inacreditável desserviço à sociedade— querem mudar de dolosos para culposos os crimes de trânsito provocados por motoristas bêbados. Isso só pode ser piada de mau gosto! Ora, quem bebe e toma o volante de um carro está plenamente ciente de que não apenas infringe a lei como tem a sua capacidade física sabidamente comprometida pelo álcool, devendo, portanto, pagar pelos crimes que comete.

Assim, em vez de os nobres ministros gastarem o seu caro e precioso tempo filosofando sobre o óbvio, deveriam preocupar-se em assegurar maior justiça à população inocente e respeitadora das leis, que diariamente é vítima de bêbados no trânsito.

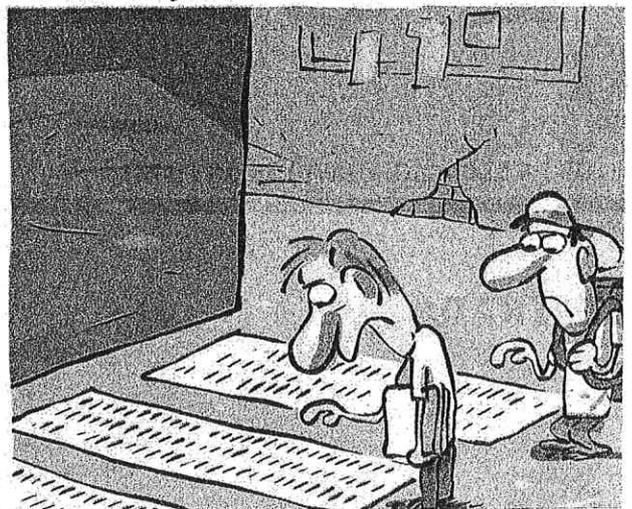
PAULO RIBEIRO DE CARVALHO JR. (São Paulo, SP)

NOTAS DO ENEM

ESCOLA PRIVADA



ESCOLA PÚBLICA



FOLHA DE S. PAULO

Campanha pela divisão do Pará terá que ser refeita

Frentes que defendem criação de novos Estados usavam o mesmo material

De acordo com o TRE, grupos podem fazer ações conjuntas desde que os dois estejam identificados nas peças

No primeiro dia de campanha autorizada pela Justiça Eleitoral, a frente que defende a criação do Estado de Tapajós a partir da divisão do Pará anunciou que irá recolher todo o material gráfico já produzido e impresso para se adequar à legislação.

O tesoureiro da frente, Edivaldo da Silva Bernardo, afirmou que o setor jurídico percebeu que não poderia adotar a mesma campanha do grupo favorável à criação do Estado de Carajás, como havia sido planejado.

Consultado ontem à noite pela **Folha**, o TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Pará disse que as frentes podem desenvolver campanhas juntas, desde que ambas se identifiquem na propaganda. A parceria funciona como se fosse uma coligação de partidos, segundo o tribunal.

Em dezembro, os eleitores do Pará vão votar em um plebiscito para decidir se acei-

NOVOS ESTADOS

Eleitores do Pará vão às urnas em 11.dez para votar no plebiscito sobre a divisão do Estado



tam ou não a criação dos dois novos Estados.

Até o jingle criado pelo marqueteiro Duda Mendonça, cuja letra pede o "sim" aos dois Estados, terá de ser reformulado, segundo Bernardo. Ele presidia o Instituto Cidadão Pró-Estado do Tapajós até a criação da frente, registrada anteontem.

Com o marketing prejudicado, serão perdidos cartazes, panfletos e adesivos, diz o tesoureiro da frente pró-Tapajós. Segundo ele, a reformulação atrasará a campanha em uma semana.

Quatro frentes foram previstas pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) — uma separatista e uma contrária para cada hipotético Estado.

Na prática, as frentes favoráveis à separação resolveram atuar integradas, assim como os grupos contrários.

Resolução do TSE diz que as frentes serão "autônomas não podendo haver arrecadação, repasse e realização de despesas conjuntas ou em benefício de outra frente".

Segundo Bernardo, as frentes pró-Tapajós e pró-Carajás definiram anteontem que vão redesenhar a campanha.

O plebiscito é apenas consultivo. Mesmo que o "sim ganhe, a divisão terá de ser aprovada pelo Congresso

TRIBUNA DO PARANÁ

Supremo 14 SET 2011

Ministros julgam hoje a desaposentação. Decisão pode abrir precedente pra quem pleiteia o direito

Troca-troca

Pela primeira vez, o Supremo Tribunal Federal (STF) decide a respeito da ação de desaposentação. O julgamento, marcado para hoje, pode definir novos rumos para as ações que tramitam em todo o País, de acordo com especialistas. Apesar da decisão do STF não ter o mesmo caráter de outras votações, valendo apenas para esta ação de uma aposentada do Rio Grande do Sul, deve servir de base para o julgamento de outros processos. Por enquanto não há padronização nas decisões, variando de acordo com as instâncias de cada estado.

“A decisão do STF não tem efeito de repercussão geral, mas, caso seja favorável à desaposentação, abre precedente para quem pleiteia o direito”, comenta a presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDH), Melissa Folmann. A advogada explica que todos os aposentados que continuaram trabalhando e contribuindo com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) podem ter direito à desaposentação, “renunciando a aposentadoria que já recebe para solicitar outra, que inclua o cálculo dos demais anos de contribuição”.

Cautela

No entanto, Melissa alerta para o fato de que nem sempre a desaposentação é vantajosa para o aposentado. “Mais importante que verificar se tem direito, é se há vantagem em pedir a desaposentação. Por isso, é necessário calcular valores da antiga e da nova aposentadoria antes de ingressar com a ação”, opina. O diretor do Instituto Nacional de Ensino Jurídico Avançado (Ineja), Humberto Tommasi, também defende cautela antes de fazer o pedido de desaposentação.

14 SET 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

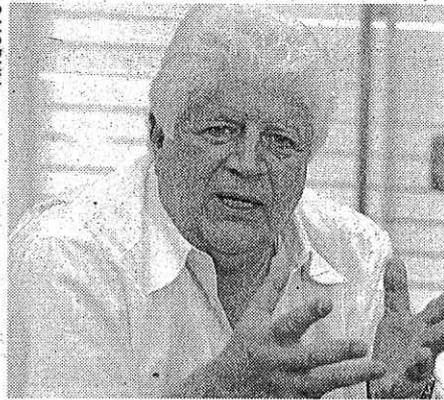
Anuladas provas da Operação Dallas

Roger Pereira

A sétima turma do Tribunal Regional Federal da 4.^a Região acatou, ontem, habeas corpus protocolado pelo advogado Juliano Breda e anulou parte das provas obtidas pela Operação Dallas. Deflagrado em janeiro, o trabalho resultou na prisão de 10 pessoas por irregularidades no Porto de Paranaguá. A operação da Polícia Federal, que chegou a prender até o ex-superintendente Daniel Lúcio de Oliveira Filho, investiga desvio de carga, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e fraude em licitações no Porto de Paranaguá.

Por dois votos a um, o tribunal concordou com a tese do advogado contratado pelos réus Anderson Fumagalli e Fabrício Slaviero Fumagalli que o juiz da Vara Federal de Paranaguá, Marcos Josegrei da Silva, não tinha competência para atuar no caso e, com isso, anulou todas as provas obtidas pela Polícia Federal, Receita Federal e Ministério Público Federal com a autorização do magistrado por interceptações telefônicas, de e-mail e por busca e apreensão. “Casos como esse são privativos das varas especializadas em crimes contra o sistema financeiro. no caso ape

ARQUIVO



Eduardo é investigado.

nas a 2.^a e a 3.^a Varas Federais de Curitiba”, argumentou o advogado.

Preventivas

O Ministério Público Federal deve recorrer da decisão. Caso mantida, toda a investigação pode ser comprometida já que as provas anuladas são justamente as que levaram à prisão preventiva dos acusados e embasam todo o processo. Além dos 10 acusados presos pela operação que agora respondem em liberdade, o irmão do senador Roberto Requião, Eduardo Requião, também ex-superintendente do porto, é investigado no caso.

CNJ

Brasília ganha representação da Escola Judicial da América Latina (Ejal)

13 SET 2011

Com a realização de um seminário internacional que tem como tema “Sistema de Solução de Controvérsias entre Unasul (União de Nações Sul-Americanas) e América Latina”, será inaugurada nesta terça-feira (13/9), em Brasília, uma representação da Escola Judicial da América Latina (Ejal). Um dos debatedores convidados, o magistrado Felix Azón, do Conselho Geral do Poder Judiciário da Espanha, assistiu pela primeira vez a uma sessão plenária do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Azón defenderá no evento a importância da criação de um tribunal de Justiça específico para a Unasul.

“Existem problemas judiciais que devem ser analisados por uma corte supranacional; por exemplo, questões trabalhistas que envolvem uma empresa multinacional. Ou mesmo questões familiares que envolvam parentes cidadãos de países diferentes. É preciso uma corte especial que possa resolver essas questões judiciais”, afirmou o espanhol. Magistrado do Tribunal Superior da Catalunha e um dos 21 conselheiros espanhóis de Justiça, Azón comparou as atribuições das duas cortes.

Formação de juízes - “Temos mais estabilidade, pois ficamos até sete anos no cargo. Isso nos permite fazer um trabalho de longo prazo; também é de nossa competência ajudar na formação dos novos juízes, orientando as escolas de magistratura. Outro ponto diz respeito à presidência do conselho espanhol: lá, são os 20 conselheiros quem indicam seu presidente e este também se torna presidente da Corte Suprema”, comparou.

No seminário internacional promovido pela Ejal ocorrerá até sexta-feira (16/9) no auditório Rossini, do Hotel San Marco, em Brasília. O evento terá representantes das Cortes Superiores de países latino-americanos e vários especialistas em Direito, além de estudantes universitários – ocasião em que serão debatidas experiências e propostas para a integração dos países latino-americanos.

Integração judicial - Na avaliação do juiz auxiliar do CNJ José Eduardo Chaves, a integração dessas regiões passa obrigatoriamente pela integração judicial no trato de questões entre empresas e cidadãos dos países latino-americanos. “O Tribunal de Justiça Europeu, que lida com o direito comunitário, por exemplo, foi resultado do processo de integração da União Européia”, reforça. Dentre os assuntos previstos na pauta estão temas como proteção do meio ambiente; os 20 anos do Mercosul; a integração dos países do Mercosul e as controvérsias no sistema de solução.

A União de Nações Sul-Americanas é formada pelos doze países da América do Sul: Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Chile, Guiana, Suriname e Venezuela.

CNJ

Custas processuais são objeto de estudo por comissão do CNJ

13 SET 2011

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vai estudar, até o final do ano, a viabilidade ou não de estabelecer parâmetros para padronizar o valor das chamadas custas processuais no país. Estudo feito pelo Conselho, em julho de 2010, revelou discrepâncias na cobrança dessas despesas nas 27 unidades da federação. “Não é possível o ajuizamento de uma ação variar de R\$ 2 mil a R\$ 100 mil, dependendo do estado. O alto valor das custas judiciais em determinados estados brasileiros torna letra morta o acesso à Justiça”, afirmou o coordenador do grupo de trabalho criado no âmbito da comissão de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ para tratar do tema, conselheiro Jefferson Kravchychyn.

O estabelecimento de valores máximos e mínimos das custas foi uma das questões discutidas, durante a última reunião da comissão. No total, o CNJ já promoveu sete reuniões com representantes do Judiciário e segmentos da sociedade para tratar do assunto. Entre as disparidades de valores constatadas pelo estudo do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, está o fato de que, nos estados com menores IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e renda per capita, os custos processuais estão entre os mais altos.

Proposta - A próxima reunião do grupo de trabalho está marcada para o dia 20, na sede do Conselho. A expectativa é de que seja concluído o texto da proposta de alteração legislativa que o grupo pretende enviar aos 27 tribunais para análise. Se aprovado, o projeto será levado ao plenário do CNJ e, posteriormente, ao Supremo Tribunal Federal (STF), que deverá incluí-lo no chamado Pacto Republicano.

Formado no âmbito da comissão, o grupo de trabalho que debate o tema é composto por conselheiros e juízes auxiliares do CNJ, magistrados e servidores dos tribunais, bem como representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ministério Público e Defensoria Pública.

Biênio - Segundo o presidente da comissão, conselheiro José Lucio Munhoz, nos próximos dias os integrantes se reúnem para planejar as ações do biênio 2012/2013. “Estamos levantando os pontos de preocupação da comissão, como a otimização de rotinas e a racionalização dos processos judiciais. Também pretendemos incentivar a difusão das boas práticas adotadas pelos tribunais”, disse Munhoz.

A Comissão de Eficiência e Gestão é uma das cinco comissões permanentes do CNJ e tem como meta a melhor formação de servidores e a padronização de rotinas administrativas e procedimentais. Integram a comissão os conselheiros José Lúcio Munhoz (presidente), Jefferson Kravchychyn e Gilberto Valente Martins.

CNJ 13 SET 2011

Juizes do DF participam do programa Cidadania e Justiça na escola

Os magistrados do Distrito Federal continuam engajados em participar do Programa Cidadania e Justiça na Escola, implantado em todas as escolas públicas do DF para alunos do 5º ano do ensino fundamental. O programa, criado pela Associação dos Magistrados Brasileiros, foi adotado, em 2001, pelo TJDF que pretende, entre seus objetivos, difundir às futuras gerações conceitos básicos de direito, cidadania, ética, bem como otimizar o acesso à Justiça e promover a paz social na comunidade.

No Fórum de Brasília, cerca de 300 alunos participaram de palestras com juizes e conheceram o Espaço Memória Desembargadora Lila Pimenta Duarte, que abriga painéis com fatos marcantes da Justiça no DF. Além de visitar o Fórum de Brasília, de conhecer o Museu da Justiça local, de assistir a palestras ministradas pelos juizes voluntários, os alunos têm oportunidade de protagonizar papéis fundamentais à prestação jurisdicional.

Através de teatrinhos e de simulações de audiências, os estudantes podem se transformar por alguns instantes em magistrados defensores, promotores, aprendendo de forma prática a função de cada operador do Direito. Ao final de todos os encontros, professores, crianças e magistrados confraternizaram em torno de um gostoso lanche.

Na última sexta-feira (09/09), o juiz Gilmar Soriano, presidente da AMAGIS, coordenou a visita de 35 alunos da Escola Classe nº 8, do Cruzeiro ao Fórum de Brasília. Aos atentos estudantes, o magistrado falou sobre a importância de não reagir a assaltos; de se respeitar as leis e as pessoas mais velhas; sobre redução de pena por bom comportamento dos réus, entre outros assuntos pertinentes ao tema Justiça.

O juiz destacou o interesse dos participantes e a relevância do projeto na vida em comunidade: "Hoje, além da interação dos alunos, tivemos a participação das professoras, que aproveitaram para trabalhar exemplos práticos de regras de convivência na escola. Com isso, os alunos fizeram paralelo das normas da escola com as normas jurídicas, e aprenderam que o descumprimento das normas da escola é similar ao descumprimento das normas jurídicas".

As escolas públicas de outras circunscrições do DF também fazem parte da programação do Programa Cidadania e Justiça na Escola. Lá, ao contrário do que acontece em Brasília, as visitas são feitas pelos magistrados às escolas participantes. Nos encontros, os alunos podem tirar dúvidas, compartilhar experiências e se aprofundar mais nos temas abordados pela cartilha.

Supremo volta a discutir desaposentação nesta quarta

Por Rogério Barbosa

CONJUR 13 SET 2011

Mais de 70 mil aposentados que têm processo na Justiça com pedido de troca de aposentadoria — desaposentação — talvez possam ver o Supremo Tribunal Federal colocar fim aos debates que se faz a respeito da questão. Ao analisar caso de Repercussão Geral, nesta quarta-feira (13/9), o Supremo deverá decidir se o segurado que continuou trabalhando e contribuindo após a aposentadoria tem direito ao recálculo do benefício, e caso o tenha, se deve ou não devolver os valores do benefício já recebido para obter a nova aposentadoria.

Até o ano passado, quem entrava com o pedido de desaposentação na Justiça obtinha o benefício quando o processo chegava ao STJ sem necessidade de devolução de valores. Na primeira instância, a maioria dos juízes dá o direito à desaposentação com a condição de que o contribuinte devolva todo o valor que recebeu enquanto estava aposentado. No entanto, tudo ficou suspenso em outubro de 2010, quando uma decisão preliminar do STF determinou que o julgamento de todas as ações de desaposentação fossem suspensas até que a questão fosse analisada pelo órgão, o que deve ocorrer durante a análise de dois processos que estão na pauta desta quarta-feira.

O STF reconheceu a existência de Repercussão Geral da questão constitucional suscitada nos processos. Em um deles, o segurado requereu sua aposentadoria em 1980, após 34 anos de serviço, mas reclama o direito de ver recalculado o salário de benefício inicial, a partir de aposentadoria proporcional desde 1979, que elevaria seu benefício, embora baseado em data anterior. Reclama, também, o pagamento retroativo do valor a maior não recebido, desde então. Em outubro do ano passado, o STF reconheceu a Repercussão Geral da questão constitucional suscitada.

O pedido de vista foi formulado quando a relatora, ministra Ellen Gracie, havia votado pelo acolhimento parcial do recurso. Ela reconheceu o direito do segurado de ver recalculado seu benefício, contado desde 1979, mas rejeitou o pedido de seu pagamento retroativo àquele ano.

No processo, o segurado alega violação da garantia constitucional do direito adquirido, da Carta Magna e à Súmula 359, do STF. Sustenta que o acórdão implicou violação ao seu direito adquirido, ao negar o recálculo do benefício da aposentadoria requerida sob a vigência de legislação anterior, a qual seria mais vantajosa do que a vigente à época da concessão. Afirma que o direito previdenciário faculta ao segurado, quando já cumpridos os requisitos mínimos para concessão da aposentadoria, optar pelo momento mais benéfico para exercer o direito à jubilação.

Por enquanto, o placar é favorável aos segurados. O ministro Marco Aurélio deu o primeiro voto a favor da desaposentação sem devolução dos valores recebidos. "É triste, mas é isso mesmo: o trabalhador alcança a aposentadoria, mas não pode usufruir o ócio com dignidade, sem decesso no padrão de vida. Ele retorna à atividade e, o fazendo, torna-se segurado obrigatório. Ele está compelido por lei a contribuir, mas contribui

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

CONJUR

para nada, ou, melhor dizendo, para muito pouco: para fazer apenas jus ao salário-família e à reabilitação. Esse é um caso importantíssimo, como da tribuna se anunciou, porque nós temos 500 mil segurados obrigatórios que retornaram à atividade e contribuem como se fossem trabalhadores que estivessem ingressando pela primeira vez na Previdência Social", afirmou o ministro.

13 SET 2011

A questão possui uma importância tão grande para o setor previdenciário que será lançado um livro que aborda especificamente esta matéria. O livro "Desaposentação – Instrumento de Proteção Previdenciária" aborda a fundamentação, teoria e prática do tema. O autor da publicação, Theodoro Vicente Agostinho, advogado e professor de Direito Previdenciário, explica que a desaposentação visa aprimorar e concretizar a proteção individual, não tendo o condão de afetar qualquer preceito constitucional. Isso porque jamais deve ser utilizada para a desvantagem econômica de quem quer que seja. "É fato, que, por meio da desaposentação, o indivíduo, diante de realidades sociais e econômicas divergentes, almeja em si, tentar superar as dificuldades encontradas, buscando uma condição de vida mais digna".

No outro processo que está para ser julgado, a aposentada requer que o INSS considere as contribuições e o tempo de serviço posterior à aposentadoria. Apesar de ter perdido em duas instâncias, a segurada recorreu ao Supremo em 2003. O julgamento teve início em setembro do ano passado e recebeu, do relator do processo, o ministro Marco Aurélio, voto favorável à segurada. Entretanto, o julgamento foi suspenso por um pedido de vista do ministro José Antonio Dias Tóffoli e somente agora foi retomado.

Segundo o especialista em Direito Previdenciário, Humberto Tommasi, esse julgamento abrirá um forte precedente para os processos de desaposentação que hoje tramitam na Justiça. Tommasi esclarece que a desaposentação não se trata de um "recálculo" de aposentadoria, e sim um processo na qual o segurado abdica de uma aposentadoria para solicitar outra mais vantajosa. Ressalta que não há nenhum dispositivo legal para vedar a desaposentação. "Este é um procedimento pelo qual o aposentado pode obter uma aposentadoria melhor, que realmente cumpra o seu papel que é de substituir a remuneração de quando ele estava na ativa, garantindo condições dignas de sobrevivência, o que em muitos casos hoje não ocorre", afirma o especialista.

Há atualmente 500 mil aposentados que voltaram a trabalhar e contribuem para a Previdência. Caso o STF reconheça o direito ao recálculo dos benefícios, o impacto poderá chegar a R\$ 3 bilhões, segundo dados do próprio INSS.

RE 630.501

Rogério Barbosa é repórter da revista **Consultor Jurídico**.

Revista **Consultor Jurídico**, 13 de setembro de 2011

CONJUR

Vínculo socioafetivo predomina sobre o biológico

13 SET 2011

Se a intenção é atender ao melhor interesse da criança, a filiação socioafetiva predomina sobre o vínculo biológico. O entendimento foi aplicado pela 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, que decidiu que o registro civil de uma menina deverá permanecer com o nome do pai afetivo.

O embate entre pai biológico e pai de criação já durava sete anos. A criança, nascida da relação extraconjugal entre a mãe e o homem que, mais tarde, entraria com ação judicial pedindo anulação de registro civil e declaração de paternidade, foi registrada pelo marido da genitora, que acreditava ser o pai biológico. Nem o exame de DNA, que apontou resultado diverso, o fez desistir da paternidade.

O processo foi extinto sem julgamento de mérito por ilegitimidade do pai biológico para propor a ação, ainda na primeira instância. Mas não deixou de dar a ele o direito de visita quinzenal monitorada. Mais tarde, durante o julgamento da apelação, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro manifestou visão contrária. Determinou a alteração do registro civil da menor, para inclusão do nome do pai biológico, e excluiu a possibilidade de visitas porque isso não foi pedido pelas partes.

A relatora do caso, ministra Nancy Andrighi, reconheceu a ilegitimidade do pai biológico para propor a ação. Seu entendimento foi seguido por unanimidade pelos demais ministros. Como ela lembrou, o Código Civil atribui ao marido o direito de contestar a paternidade dos filhos nascidos de sua mulher e dá ao filho a legitimidade para ajuizar ação de prova de filiação.

A legislação também abre a possibilidade para que pessoas fora desse leque de opções, desde que tenham interesse jurídico na questão, discutam a autenticidade de registro de nascimento. Segundo ela, o pai biológico pode contestar a veracidade de registro quando fica sabendo da existência de filho registrado em nome de outro. “Contudo, a ampliação do leque de legitimidade para pleitear a alteração no registro civil deve ser avaliada à luz da conjunção de circunstâncias”, afirmou.

Ao analisar o caso concreto, a ministra entendeu que o pai afetivo sempre manteve comportamento de pai na vida social e familiar, desde a gestação até os dias atuais; agiu como pai atencioso, cuidadoso e com profundo vínculo afetivo com a menor, que hoje já é adolescente. O pai biológico, por sua vez, passou três anos sem manifestar interesse afetivo pela filha. “Esse período de inércia afetiva demonstra evidente menoscabo do genitor em relação à paternidade”, concluiu.

No futuro, ao atingir a maioridade civil, a menina poderá pedir a retificação de seu registro, se quiser. *Com informações da Assessoria de Comunicação do STJ.*

CONJUR

Transtorno mental não autoriza prisão cautelar

13 SET 2011

O juiz não pode decretar prisão cautelar com base em considerações abstratas, sem comprovar a existência dos requisitos e motivos que autorizam a segregação. Com base nessa jurisprudência, a 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça concedeu liberdade provisória a um homem preso em flagrante e denunciado por estupro tentado.

A relatora, ministra Laurita Vaz, observou que nenhuma das exigências do artigo 312 do Código de Processo Penal foi demonstrada. Além disso, ela entendeu que a afirmação de que o acusado seria portador de transtornos mentais, sem nenhuma referência a elementos indicativos de sua periculosidade, não justifica, por si só, a prisão cautelar.

Para a ministra Laurita Vaz, a decisão de primeiro grau não traz elementos concretos que justifiquem a necessidade da custódia cautelar, fundamentada apenas "na gravidade do delito, na alusão genérica à possibilidade de risco à instrução criminal, bem como em conjecturas acerca da suposta periculosidade do réu". Segundo ela, a afirmação de que o acusado seria vizinho da vítima, sem qualquer dado concreto que indicasse a possibilidade de reiteração do crime ou de prejuízo para a instrução criminal, não serve para justificar a manutenção do cárcere.

Todos os demais ministros da 5ª Turma seguiram as considerações da relatora e concederam o Habeas Corpus para cassar a decisão que negou a liberdade provisória, sem prejuízo de que outras medidas cautelares sejam adotadas pelo juízo condutor do processo.

Embora tenha sido denunciado por estupro tentado, o juízo de primeiro grau entendeu que o crime cometido seria o de exploração sexual de vulnerável e determinou o cumprimento de medida de segurança de internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico pelo prazo mínimo de um ano e vedou o recurso em liberdade.

A prisão cautelar foi fundamentada no fato de o acusado ser vizinho da vítima, um adolescente de 14 anos, e na gravidade do crime. "A natureza do delito, de acordo com a experiência, revela que o autor de tais crimes está sempre a infringir a lei, o que torna necessária a prisão para garantia da ordem pública", afirmou a juíza, que disse ainda ser o acusado portador de transtornos mentais, o que ampliaria a necessidade da prisão cautelar.

A sentença foi anulada em segunda instância porque o réu respondeu por um crime que não havia sido descrito na denúncia, "o que é inadmissível sem a específica manifestação da defesa", conforme consta no acórdão. Contudo, a prisão cautelar foi mantida.

A defesa entrou com HC para que o réu pudesse aguardar o fim do processo em liberdade ou em tratamento ambulatorial. Negado o benefício pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, a defesa impetrou Habeas Corpus no STJ, alegando excesso de prazo por culpa exclusiva do Estado e que a manutenção da prisão provisória não estaria concretamente fundamentada. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STJ.*

O número deste processo não é divulgado em razão de segredo de justiça.